



Presidente do Supremo Tribunal Federal faz visita histórica ao TRT-PR, recebe condecoração e dialoga com servidores em greve. *Páginas 4 e 5*



Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Vice-Presidente:

Desembargadora Ana Carolina Zaina

Corregedora Regional:

Desembargadora Fátima T. L. Ledra Machado

Diretor-Geral:

Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral da Presidência:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretário-Geral Judiciário:

Gerson Luiz Magnabosco

Secretária do Tribunal Pleno

Órgão Especial e Sessão Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Imprensa e

jornalista responsável:

Marcos Tosi

Redação:

Alexandre Gonçalves, Angélica Betencourt,

Gilberto Bonk, Márcio Lopes, Marcos Tosi,

Pedro Macambira e Soraya Wolff

Fotos desta edição:

Alexandre Gonçalves, Jason Silva,

Márcio Lopes, Marcos Tosi

e Marinyr de Souza

Revisão:

Alexandre Gonçalves,

Gilberto Bonk e Marcos Tosi

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

700 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

New Graph

Missão do TRT

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com justiça e efetividade na entrega da prestação jurisdicional".

Visão do TRT

"Ser referência na distribuição de justiça".



Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3310-7309
ascom@trt9.jus.br

Corregedor-geral da Justiça do Trabalho destaca boas práticas do TRT do Paraná



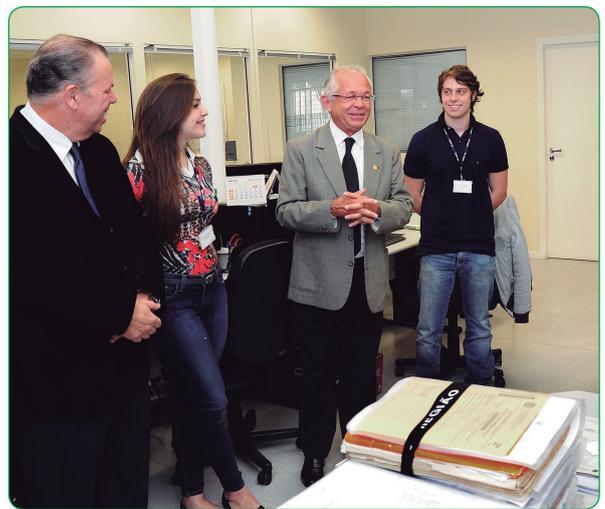
Alexandre Gonçalves

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos apresenta o Fórum Trabalhista de Curitiba ao ministro João Batista Brito Pereira

Por onde passa, o ministro corregedor-geral da Justiça do Trabalho, João Batista Brito Pereira, procura catalogar e disseminar as boas práticas que encontra nos tribunais regionais. Não foi diferente na visita ao TRT-PR, onde vários procedimentos e projetos despertaram a atenção da equipe do corregedor.

No relatório, o ministro destacou como exemplos da área judicial a Uniformização de Jurisprudência de Ofício e Votação Eletrônica, o Projeto Horizontes e a Gestão Documental dos Autos Arquivados. Da área administrativa, foram citados o projeto do Selo de Inteligência Socioambiental, a Revista Eletrônica e a Gestão de Contratos de Serviços Terceirizados.

O corregedor aprovou também a criação da Seção de Gestão de Perícias Médicas, que permite a elaboração de laudos no decorrer das audiências com escl-



Alexandre Gonçalves

Corregedor-geral da Justiça do Trabalho conhece as instalações do Projeto Horizontes



Alexandre Gonçalves

Correição foi encerrada com a leitura pública da ata

recimento de dúvidas do juiz, das partes e dos advogados, reduzindo, assim, o tempo de tramitação do processo. A taxa de conciliação na 9ª Região, destacou o ministro, é de 51%, bem acima da média nacional de 39,3%, o que pode ser creditado à cultura de pacificação dos conflitos amplamente promovida no tribunal paranaense.

"A Justiça do Trabalho aqui realiza o que há de mais apropriado e de nosso desejo que é a celeridade. Os juízes de primeiro grau são produtivos e envolvidos. Os desembargadores também estão preocupados com a celeridade processual. E algo mais importante: os servidores. Eles são muito envolvidos. Eu tenho um quadro extremamente positivo aqui na 9ª Região", declarou o ministro.

Autoridade máxima do Poder Judiciário faz visita histórica ao TRT do Paraná



Alexandre Gonçalves

Ministro Ricardo Lewandowski foi condecorado com o grau Grã-Cruz da Ordem do Mérito do TRT paranaense

No dia 31 de julho de 2015, pela primeira vez o Tribunal do Trabalho do Paraná recebeu a visita da maior autoridade do Poder Judiciário brasileiro. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, assinou um convênio para desenvolvimento de ferramenta de gravação audiovisual de audiências, recebeu a comenda da Ordem das Araucárias, falou a juízes e desembargadores sobre os desafios à magistratura brasileira e reuniu-se com servidores em greve. Recém-empossado no STF, o ministro Edson Luiz Fachin também participou da visita ao TRT-PR e foi saudado por Lewandowski como alguém que, pela vasta experiência acadêmica e jurídica, já "chegou pronto à Suprema Corte do País".

Ao receber a faixa e a medalha da Ordem das Araucárias, no grau máximo de Grã-Cruz, o ministro Ricardo Lewandowski disse que não relacionava a outorga a eventuais méritos pessoais, mas a "uma fase do CNJ de

diálogo permanente com a magistratura brasileira, em que as decisões não são tomadas de cima para baixo, mas de forma consentânea".

Como exemplo de que a democracia participativa chegou também ao Judiciário, Lewandowski citou as ações para implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). "Com o trabalho incessante e valioso do juiz Bráulio Gabriel Gusmão (juiz paranaense convocado como Auxiliar da Presidência do CNJ), passamos a ouvir aqueles que vão usar o sistema, juízes, advogados, membros do Ministério Público, membros da Defensoria Pública e os servidores. Isso foi importante para que o PJe possa ser implantado de forma gradual e consentânea, conforme as diversas realidades locais", afirmou.

Na condição de presidente do CNJ, o ministro firmou um termo de cooperação com o TRT-PR para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gravação Audiovisual de Audiências. A ferramenta é inspirada no Sistema



Alexandre Gonçalves

TRT do Paraná recebeu convidados do STF, CNJ, TJPR, TRE-PR, MPT-PR, AMATRA9 e AATPR

Fidelis, um projeto pioneiro do TRT-PR, vencedor do VII Prêmio Innovare, em 2010. Ao assinar o convênio, o presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, disse que o Paraná seguirá contribuindo para que o Judiciário brasileiro avance "para além da mera e tradicional solução de problemas, tornando-se um Judiciário proativo, que aprenda a explorar novos caminhos, novas oportunidades".

Diálogo com servidores

Antes de voltar a Brasília, o ministro foi até o plenário Pedro Ribeiro Tavares e conversou com servidores mobilizados pela derrubada do veto ao projeto de Lei que trata do Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União (PLC 28/2015). Observando que a situação econômica do País se deteriorou desde que o projeto foi inicialmente elaborado, ele reafirmou o compromisso de trabalhar pelo melhor reajuste possível para a categoria.

Durante a passagem pelo Paraná, o presidente do STF ministrou a aula magna do curso de Direito da Unibrazil, esteve no Tribunal de Justiça para o lançamento do projeto Audiências de Custódia e foi condecorado no Palácio Iguazu com a Ordem Estadual do Pinheiro, a mais alta honraria do Governo do Paraná.

Entre as autoridades presentes ao evento no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, além da Administração, desembargadores e juizes do Regional, estiveram o presidente do TRE-PR, desembargador Jucimar Novochadlo, e o presidente do TJ-PR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.



Alexandre Gonçalves

No Plenário Pedro Ribeiro Tavares, ministro Ricardo Lewandowski conversa com servidores sobre o PLC 28

Novo desembargador atua na Justiça do Trabalho desde os 19 anos

Ney Fernando Olivé Malhadas passou a compor no dia 1º de junho de 2015 o quadro de desembargadores da Justiça do Trabalho da 9ª Região. O magistrado foi promovido pelo critério de merecimento e assumiu a cadeira anteriormente ocupada por Dirceu Buyz Pinto Júnior, Paulo Afonso de Miranda Conti e Manoel Antonio Teixeira Filho.

"Estou há 35 anos na Justiça do Trabalho. Fiz concurso aos 18 anos, ingressei aos 19 como servidor. Hoje é um dia de coroamento desta carreira", disse o desembargador durante a solenidade de posse, no gabinete da Presidência.

Ney Malhadas pertence a uma família ligada ao universo jurídico. O magistrado é filho do falecido juiz do Trabalho do Paraná Júlio Assumpção Malhadas; tem sete irmãos graduados em Direito, entre eles quatro juízes do Trabalho. Dois irmãos, agora, são desembargadores.

O desembargador foi nomeado em ato da Presidência da República, publicado em 29 de maio de 2015 no Diário Oficial da União. Antes de assumir o novo cargo, o magistrado presidia a 23ª Vara do Trabalho de Curitiba, tendo sido convocado inúmeras vezes para o Tribunal.



Alexandre Gonçalves

O desembargador Ney Malhadas logo após tomar posse e receber a nova carteira funcional

Marcos Blanco é empossado no Sudoeste



Alexandre Gonçalves

O juiz Marcos Blanco foi empossado em 10 de abril como titular da Vara do Trabalho de Dois Vizinhos, no Sudoeste do estado. O magistrado, que havia acumulado dez anos de experiência como substituto em diversas unidades do interior do Paraná, ascendeu ao novo cargo pelo critério de antiguidade.

Ao ser empossado como titular, o magistrado destacou seu orgulho de integrar o TRT da 9ª Região. "Indiscutivelmente, uma referência em nível nacional. E foi nesta casa que cresci como profissional e como ser humano". Antes de ingressar na magistratura, Marcos Blanco atuou por dez anos como servidor no Regional paranaense, sempre na unidade de Marechal Cândido Rondon.

Movimentação na carreira

Em sessão do Pleno do TRT-PR, no mês de maio, foi indicado para promoção ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, o juiz Adilson Luiz Funez, na vaga decorrente da aposentadoria de Adayde Santos Cecone. Os desembargadores elaboraram ainda a lista tríplice de merecimento, com a indicação dos nomes dos juízes Sérgio Guimarães Sampaio, Morgana de Almeida Richa e Marcus Aurélio Lopes. Após escolha da Presidência da República, um dos magistrados vai ocupar a vaga aberta pela aposentadoria de Luiz Celso Napp.

Camerata Antiqua e convidados fazem concerto histórico no Grande Auditório



Alexandre Gonçalves

Regente Mara Campos conduz apresentação da Camerata Antiqua de Curitiba no Plenário Pedro Ribeiro Tavares

Em uma fria noite de sexta-feira (19/06), o TRT do Paraná abriu as portas do Plenário Pedro Ribeiro Tavares para um evento único, de celebração da harmonia entre os povos. No espaço onde acontecem as sessões do Pleno do Tribunal, reuniram-se músicos dos grupos corais Camerata Antiqua de Curitiba (CAC), Harvard-Radcliffe Collegium Musicum (EUA) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

A maestrina Mara Campos, regente titular da CAC, deu o tom do recital ao abrir com a canção Antífona, de Benjamin Britten, com texto de George Herbert. "Em um momento de tanta intolerância, inclusive religiosa, este texto nos fala de unir as diferenças", disse. A celebração da pluralidade também se refletia entre os cantores. O maestro da Harvard, Andrew Clark, lembrou que estavam ali pessoas de dois países multiétnicos,

cantando como uma só voz. "Não é apenas uma bela metáfora sobre como nossa sociedade deve trabalhar, é uma proclamação do que musicalmente e socialmente nos conecta", observou.

Ao final do espetáculo houve ainda a participação especial dos grupos corais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Pontifícia Universidade Católica de Curitiba (PUC), da Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE) e da Universidade Positivo. A regência foi das maestrinas Mara Campos (São Paulo) e Priscilla Battini Prueter (Paraná), e do maestro Andrew Clark (EUA).

Para a desembargadora vice-presidente do TRT-PR, Ana Carolina Zaina, então no exercício da presidência, a atual gestão é uma forte apoiadora da arte e da cultura no TRT-PR. "A arte, principalmente através da música erudita, encanta, desarma, traz conforto à alma e pacifica o coração", afirmou.



Alexandre Gonçalves

Coral da Harvard-Radcliffe Collegium Musicum (EUA) foi um dos destaques da noite

MÚSICA DE CÂMARA

A origem da música erudita de câmara remonta ao século XVI, nos salões das cortes europeias. Executada em espaços fechados, sem a presença de multidões, não era possível contar com uma grande quantidade de instrumentos, como é o caso da música sinfônica. Em compensação, a música de câmara é marcada pela alta qualidade dos músicos, verdadeiros virtuosos capazes de destacar a sonoridade de cada instrumento ou voz, em uma grande variedade de peças, que incluem suítes, cantatas e concertos, entre outros.

Perfil: Desembargador Arnor Lima Neto

"Nossa grande responsabilidade é fazer valer a dignidade humana"



Marcos Tosi

Quando recebeu a reportagem do "Informativo Nona", o desembargador Arnor Lima Neto estava a poucas horas de lecionar mais uma vez no curso de Direito da PUC-PR: "É um aprendizado constante. Os estudantes estão conectados, atentos à realidade social do seu tempo, trazem uma visão moderna e diferente das coisas, têm essa capacidade de enxergar o novo e sempre estão nos induzindo a pensar as questões políticas e sociais sob novos paradigmas...". A curiosidade intelectual dos alunos estimula o professor Arnor, ele mesmo um atento observador da realidade desde a adolescência, quando iniciou aos treze anos de idade como funcionário de cartório na cidade de Rancharia, interior de São Paulo, onde nasceu. "Eu vivia dentro do fórum, assistia a júris e audiências, acompanhava a atividade dos advogados e dos juízes. Ambiente que me foi muito sedutor e também representou uma grande influência e experiência de vida, até hoje ainda presente na minha memória", recorda. De origem humilde, filho único de pai barbeiro e mãe dona de casa, Arnor Lima Neto se realiza no Direito e segue na magistratura por prazer: "já poderia ter me aposentado há sete ou oito anos, mas gosto do que faço e, particularmente, não gostaria de deixar esta atividade que me é extremamente gratificante". Confira o depoimento.

// Muito cedo, com 13 anos, eu vivia dentro do Fórum, nesse ambiente de advogados e juízes, e tive a oportunidade de trabalhar em vários cartórios, de diversas atribuições: cartórios das áreas cível, criminal e de registro de imóveis. Comecei em serviços muito simples, e depois fui progredindo, chegando a escrevente e assistente de audiência. Aos 20 anos ingressei no Banco do Brasil, em Apucarana, e fui trabalhar no crédito agrícola, no setor de financiamentos, conferindo as certidões e documentos que serviam de base para as hipotecas e outras garantias. Pouco depois, entrei na carreira jurídica do Banco, que era meu desejo, e fui nomeado aos 27 anos para atuar na cidade de Iguatu, no interior do Estado do Ceará, transferindo-me para Fortaleza e depois para Curitiba. Em Curitiba também mantive um escritório particular e, em 1986 deixei a advocacia e fiz concurso para Procurador de Estado, fui aprovado, mas antes mesmo de tomar posse também passei no concurso para Promotor de Justiça do Estado do Paraná, trabalhando por alguns meses na Seção Judiciária de Paranaíba e, tendo sido aprovado no concurso para Juiz do Trabalho, ingressei nesta carreira em 1987; carreira com a qual desde o meu primeiro dia de trabalho senti forte identificação e permaneço até hoje, sempre procurando cumprir a contento com minhas atribuições.

Tomei posse como Juiz Substituto no dia 15 de julho de 1987 e, fui designado para trabalhar como Juiz Substituto na então única Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Maringá, apresentando-me já no dia seguinte para o trabalho (não havia a Escola Judicial ou qualquer outro tipo de formação inicial, conquista que hoje tenho como extremamente importante principalmente para os novos Juízes), encontrando uma dinâmica de trabalho, que, apesar de toda a minha vivência anterior como escrevente de cartório, advogado por catorze anos e Promotor de Justiça, jamais tinha visto e que me causou grande impacto e, com certeza, serviu de estimulante exemplo de presteza jurisdicional.

Após trabalhar na única JCJ de Maringá fui promovido por merecimento para o cargo de Juiz Titular da JCJ de Cascavel, e, embora o elevado número de processos em tramite naquelas unidades, sempre compartilhei do cotidiano entusiasmo e dedicação dos funcionários, conquanto também a única JCJ de Cascavel estivesse sediada em precárias instalações que não poderiam ser comparadas com as que encontramos nas atuais unidades do Estado, por mais singelas que sejam.



Marcos Tosi

Todos os processos que conciliei, instruí e julguei, ocuparam lugar de destaque no meu dia-a-dia, na medida em que sempre procurei considerar a sua importância para as partes, mas, é certo, alguns marcaram mais do que outros. Teria muitos exemplos, como um deles que tratava de uma ação promovida por um empregado diagnosticado com AIDS (doença ainda pouco conhecida e que causava extrema rejeição aos seus portadores) e que fora dispensado e não dispunha de qualquer tipo de recursos ou rendas para custear o tratamento disponível ou para sua manutenção: decidi pela sua reintegração. Também houve o caso em que decidi pela reintegração de um empregado alcoólico que havia sido demitido por justa causa. Creio que a decisão que tomei foi uma das precursoras ao reconhecer e atribuir o alcoolismo como doença.

Trabalhei também na 2ª JCI de Londrina (havia apenas duas) transferindo-me depois para a 5ª JCI de Curitiba, vindo a ser promovido por merecimento ao cargo de Desembargador deste E. Tribunal. Também exerci o cargo de Corregedor-Regional, cumprindo mandato por dois anos.

Nossa sociedade precisa evoluir e entender que o cumprimento espontâneo das leis, constitui um fator absolutamente necessário para que alcancemos uma convivência sem tantos desajustes e turbulências, na medida em que as instituições públicas, como o Judiciário, serão incapazes de resolver todos os conflitos e tensões sociais, ainda mais nas relações trabalhistas, cenário de grande sensibilidade e intensos interesses econômicos, onde deveria haver um comprometimento de toda a sociedade no sentido de reconhecer que o trabalho tem que ser dignificante, e que o salário, por exemplo, deve suprir as necessidades básicas do trabalhador.

Há pouco tempo também analisei um processo de uma empregada contratada por um supermercado que, já no dia seguinte à contratação foi colocada para trabalhar no açougue e teve seu braço amputado na máquina de moer carne. É questão de percepção óbvia do risco. Será que ela teria formação adequada para trabalhar num açougue? Para trabalhar numa máquina de moer carne? E este não é um fato isolado. Talvez no futuro possa haver uma mudança de comportamento. A intervenção do Judiciário, impondo uma indenização por danos morais de valor elevado, determinando uma alteração de comportamento da empresa, talvez seja até certo ponto didático para que outras empresas também acabem mudando.

"Se as pessoas não entenderem que as regras de convivência devem ser respeitadas, não será um fiscal em cada esquina que resolverá isso."

Continuo com a certeza de que a Justiça do Trabalho constitui a principal coluna que sustenta a manutenção e o avanço dos direitos sociais dos trabalhadores deste País, e é justamente nisto que se encontra o seu principal desafio, isto é, permanecer sempre firme nesse desiderato, conquanto todas as dificuldades políticas e econômicas que se lhe possam antepor. Depois de quase trinta anos no exercício da magistratura não tenho qualquer dúvida de que a Magistratura Trabalhista constitui uma das carreiras jurídicas na qual se tem, de fato, a oportunidade e a grande responsabilidade de fazer valer a dignidade humana, e onde não cabe o sentimento menor da vaidade ou da simples paixão pelo poder que o cargo poderá oferecer ao juiz no exercício desta nobre e dignificante profissão. //

CNAT eletrônica e gratuita: um marco na prestação de serviços da 9ª Região

A implantação da emissão eletrônica e gratuita da Certidão Negativa de Ações Trabalhistas no TRT do Paraná, em maio, gerou resultados expressivos e imediatos, em termos de economia de tempo e de recursos, tanto para os cidadãos quanto para o serviço público. Os números não deixam dúvida sobre o impacto positivo da medida. Na Vara do Trabalho de Paranavaí, por exemplo, quase trezentas certidões eram emitidas toda semana no balcão. Nas primeiras duas semanas de junho, apenas cinco certidões foram fornecidas desta forma. Em toda a jurisdição do TRT-PR, mais de 103 mil certidões foram expedidas pela internet, até 13 de julho.

A CNAT eletrônica e gratuita foi estabelecida pelo Ato da Presidência do TRT-PR nº 117, de 13/05/2015. "Este é um avanço que desburocratiza e gera economia para nosso setor", comemorou o vice-presidente de comercialização imobiliária do Sindicato da Habitação e Condomínios (Secovi-PR), Luciano Tomazini. A certidão é bastante procurada antes da realização de negócios, para certificar que um determinado bem está livre de embargo em processos trabalhistas. A certidão eletrônica, segundo o presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, é resultado de "uma busca

permanente de mecanismos que possam simplificar e facilitar a vida do cidadão".

Antes da implantação do serviço eletrônico, a emissão da CNAT envolvia várias etapas, em dias diferentes. Era preciso imprimir uma guia de recolhimento, enfrentar fila no banco para pagar a taxa, levar a guia paga até a Vara do Trabalho ou Serviço de Distribuição da Justiça do Trabalho, requerer a certidão e voltar para buscar o documento no dia seguinte.

A Vara do Trabalho de Paranavaí, cuja jurisdição abrange 24 municípios do Noroeste do estado, forneceu 13.681 certidões no ano passado. De janeiro a abril de 2015, o volume chegou a 3.683 documentos. Agora, quase todo o tráfego foi desviado para a internet. "Temos municípios localizados a mais de 100 km da sede, o que obrigava uma grande parte de usuários a se deslocar para obter a certidão. Além de trazer mais economia e comodidade aos jurisdicionados, o novo modelo de expedição contribuiu para melhorar os índices de produtividade da nossa unidade, que precisava dispor de um servidor praticamente exclusivo para dar conta desta demanda", comemora Valdir Ribeiro da Silva, diretor da Vara. A certidão eletrônica gratuita pode ser emitida no endereço www.trt9.jus.br, na opção Certidões, Certidão de Feitos Trabalhistas - CNAT.



Seu problema também é nosso.

No dia a dia de qualquer instituição, falhas e equívocos acontecem. Isso é normal. O que não é normal é deixar de corrigi-los.

Se você conhece algum procedimento na Justiça do Trabalho que deva ser melhorado, entre em contato com a Ouvidoria.

Dar uma resposta é nosso compromisso.

Avenida Vicente Machado, 147
8º andar - ouvidoria@trt9.jus.br

(41) **3310-7473**



Artigo: Desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos

Dar respostas, aumentar a confiança

A Ouvidoria de uma Instituição Pública é, de um ponto de vista mais agudo, um meio de comunicação. Gera, por motor próprio, interlocução entre os usuários dos serviços e a administração da Instituição. Mas trata-se de uma forma específica de comunicação.

Por um lado, gera o registro da comunicação, ou seja, é obrigação da Ouvidoria manter registro escrito/administrativo de suas "conversas" com os usuários internos e externos dos serviços. Tais registros obrigam os mesmos procedimentos de um processo administrativo típico, com início, meio e fim. Se uma "reclamação" é apresentada, ela recebe registro próprio e compete ao corpo funcional da Ouvidoria e ao Ouvidor dar prosseguimento à reclamação até que se obtenha uma resposta da unidade administrativa envolvida na reclamação. O arquivamento da mencionada reclamação só acontece, portanto, quando se obtém uma resposta concreta sobre a reclamação e ela é repassada ao usuário solicitante.

De outro lado, entende-se a Ouvidoria como forma específica de comunicação através do resgate da confiança do usuário na Instituição. Quando um usuário dos serviços públicos busca a Ouvidoria, o faz por conta de ainda acreditar na Instituição. Busca resgatar a confiança no Serviço Público que em algum momento se perdeu. A "reclamação" do usuário é a demonstração que ele ainda confia que a Instituição será capaz de realizar o seu fim, ainda que em algum momento tenha ocorrido um desvio, quer na finalidade, quer no atendimento do serviço público. É obrigação da Ouvidoria buscar convencer o usuário que ele deve confiar na instituição pública e nos seus serviços, perseguindo o caminho administrativo da restauração da confiança abalada pelo desvio nos serviços e atendimento.

E é do encontro das duas características, ou seja, do registro formal das "conversas" e do resgate da "confiança" na Instituição que surge uma grande oportunidade para aprimorar os serviços públicos, mas do foco dos usuários internos. No caso do Tribunal Regional da Nona Região, do foco dos seus servidores e magistrados. Por muitas vezes um servidor do TRT-PR tem uma boa "solução" para resolver e aprimorar a rotina de serviços. Em outras vezes, apresenta sugestões de aprimoramento administrativo para outras unidades que interferem diretamente em como desenvolve seu próprio trabalho. Mas não existe um órgão gerencial capaz de dar seguimento com tramitação administrativa de suas sugestões e propostas. Normalmente suas sugestões ficam sem respostas.



Jason Silva

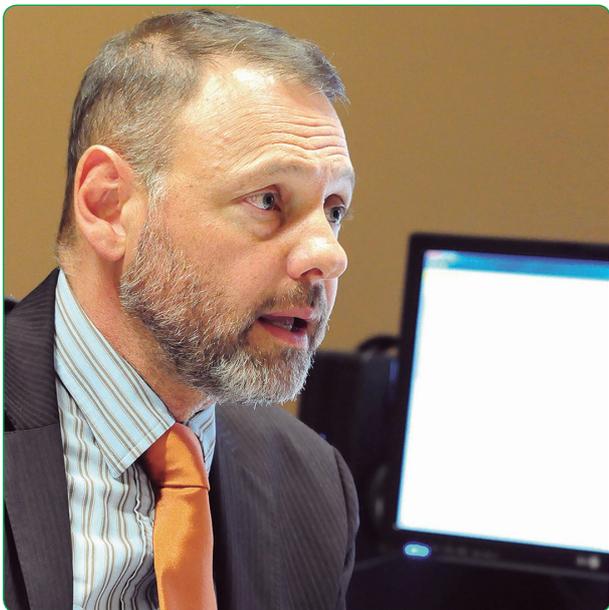
Desembargador Sérgio Lemos é ouvidor do TRT do Paraná

Da mesma forma, os magistrados de ambas as instâncias, titulares e substitutos, são confrontados com rotinas administrativas para as quais teriam grande contribuição no aprimoramento de sua execução. Não se trata de condições de prestação jurisdicional, mas sim de atividades administrativas que interferem diretamente na prestação jurisdicional. Porém, não existe um órgão ou setor gerencial capaz de receber, processar, sugerir e perseguir a resposta administrativa. No mais das vezes as sugestões e reclamações são direcionadas para quem não tem condições de resolver ou decidir sobre as rotinas administrativas. Daí o pleito cai no esquecimento decorrente da enorme carga de processos judiciais que os juízes são obrigados a atender.

É nesse ponto que a Ouvidoria pode e deve exercer o papel de "meio de comunicação" entre a necessidade administrativa dos usuários internos, os juízes e servidores, e aqueles que podem apreciar os pedidos de melhorias administrativas. Como é dever da Ouvidoria manter obrigatoriamente registros das "reclamações e sugestões" e perseguir a obtenção de uma resposta da unidade administrativa, ela, a Ouvidoria, pode funcionar como instrumento adequado de viabilizar o aprimoramento administrativo. A Ouvidoria não pode por si própria dar as respostas. Mas pode perseguir, em nome do usuário magistrado ou servidor, a obtenção de uma resposta, quer seja um "sim", um "não" ou um "ainda não". E a resposta, qualquer que seja, será obstinadamente buscada pela Ouvidoria.

■ Perfil: Juiz Eduardo Milléo Baracat

O equilíbrio como desafio permanente



Alexandre Gonçalves

Quando criança, o professor e juiz Eduardo Milléo Baracat, titular da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba, tinha uma horta. O sonho era ser engenheiro agrônomo. No entanto, como metade das vagas do curso de Agronomia eram destinadas a filhos de fazendeiros (o que não era o seu caso), o desejo não se concretizou e a saída foi o plano B: cursar Direito na PUC-PR. "Na Faculdade de Direito me encantei e me encontrei", revela.

O aparente acaso também foi seu companheiro quando entrou no TRT-PR, ainda como servidor. Como morava próximo ao Fórum Trabalhista de Curitiba, certo dia viu um cartaz de concurso, prestou e passou." E a Justiça do Trabalho se tornou mais uma paixão na vida", afirma o juiz.

De servidor a magistrado foi uma questão de compreender a oportunidade que se apresentava. Com o aumento do número de desembargadores, o então ser-

vidor Eduardo Baracat percebeu que o número de juízes também aumentaria e não poderia ficar para trás. Em 1993 tomou posse como juiz substituto; a titularidade veio em 1995, na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Foz do Iguaçu. Também foi o titular das juntas de Paranaguá, Telêmaco Borba, Araucária e Curitiba, onde está desde 2002 na 9ª Vara do Trabalho.

Eduardo Baracat considera que o desafio permanente da magistratura é encontrar o equilíbrio entre celeridade e qualidade. As mudanças sociais interferem nesta equalização, pois as causas estão cada vez mais complexas, sendo essencial para o magistrado conhecer bem a realidade. "A finalidade da Justiça é a justiça, então é necessário ir além das normas e chegar aos princípios do Direito", afirma.

Professor da UNICURITIBA, Baracat diz que a academia areja a mente do juiz diante das limitações impostas pelo trabalho no fórum. No Poder Judiciário prevalece a visão do juiz, enquanto no meio acadêmico há a dialética: "O juiz tem que convencer a si próprio, fundamentando a sua decisão. Já no trabalho científico, é preciso convencer toda a comunidade científica".

Quando não está trabalhando, o magistrado gosta de brincar com a linguagem, através de contos, crônicas e poemas. Os mestres são Machado de Assis e João Guimarães Rosa, mas gosta também de autores contemporâneos, como Bernardo Carvalho, vencedor do prêmio Jabuti de 2014 com o livro "Reprodução".

No gabinete da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba, Eduardo Milléo Baracat tem visíveis as fotos da esposa e das duas filhas. Procura passar bastante tempo com a família, embora saiba que ter filhas adolescentes é ser cada vez mais o "motorista".

Para manter a saúde física e mental, esportes, como corrida, natação e tênis. "O tênis é quase um vício que me dá muito prazer", arremata.

TRTs do Sul debatem o trabalho seguro

O compromisso da Justiça do Trabalho em agir proativamente pela saúde e pela vida, além da importante função reparatória, pautou as discussões do I Encontro Sul-Brasileiro do Programa Trabalho Seguro, realizado dias 20 e 21 de junho em Florianópolis.

O TRT-PR foi representado no evento pela gestora regional do Programa Trabalho Seguro, juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha, pelos servidores Abilene Viana da Silva e Thays Delmiro Vieira, da Seção Médico-Odontológica, além da própria gestora nacional do Programa Trabalho Seguro, juíza Morgana Richa.



Antigas Varas de Londrina agora são espaço de educação para jovens e adultos



Márcio Lopes

Anteriormente dedicado à Justiça, espaço transformou-se em local de aprendizado e novas oportunidades para 1200 alunos

No prédio que abrigou a Justiça do Trabalho de Londrina por quase vinte anos, hoje jovens e adultos de diferentes idades e condições socio-culturais e econômicas encontram uma nova oportunidade para concluir os estudos. Em abril, o edifício foi reinaugurado como Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), com 19 salas de aula onde estudam 1200 alunos, em três turnos.

"Faz muitos anos que lutávamos por um espaço melhor, e agora este sonho foi realizado", comemorou a diretora da escola, Thelma Suely Kochmansky. O novo prédio dispõe de amplo refeitório, além de sala de informática, sala de estudos e biblioteca.

A última sede, onde o CEEBJA de Londrina funcionou por 21 anos, tinha problemas estruturais, infiltrações, poucos banheiros e acesso único por escada íngreme e sem saída de emergência. No novo local funciona também o Centro de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual (CAP), instituição que faz a transcrição de materiais didáticos para o braille e na capacitação de professores que atuam com alunos cegos. O CAP fornece livros em braille para estudantes de 91 municípios da região de Londrina. Seu coordenador, Moacir Luciano, celebrou a nova sede: "As impressoras em braille são muito ruidosas e no pequeno espaço que ocupávamos era difícil trabalhar".

O CEEBJA de Londrina foi fundado em 1984 e sempre funcionou em prédios alugados. A escola atende desde jovens, a partir de 15 anos de idade, vindos do ensino regular com grande defasagem idade-série, até pessoas idosas, que procuram nos estudos a realização pessoal. Alunos com defasagem intelectual, com dificuldade de aprendizagem e de socialização, e trabalhadores que ainda não concluíram os estudos, têm no CEEBJA a oportunidade de completar a formação.

Para abrigar o centro de educação para jovens e adultos, o prédio precisou de reformas cujos recursos vieram do Ministério Público do Trabalho do Paraná, através do direcionamento de multas aplicadas em Ação Civil Pública. Da inauguração, em abril, participaram o presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, e o procurador-chefe do MPT-PR, Gláucio Araújo de Oliveira. O prédio foi cedido pela Secretaria do Patrimônio Público da União por 20 anos.

O aluno José Aparecido de Carvalho, que estudou no prédio antigo, comemorou a mudança: "Agora dá gosto de estudar, tem conforto, tem espaço, é bem menos barulhento". Fátima Jamal Al Kadre, que também era aluna na antiga sede, concorda: "Está bem melhor, é bem localizado, mais tranquilo e mais seguro".



Márcio Lopes

Aluno José Aparecido de Carvalho aprovou as instalações



Márcio Lopes

A estudante Fátima Al Kadre se sente mais segura no prédio

Brigadistas

Mais que treinamento, uma oportunidade

Cerca de 240 brigadistas das unidades da capital e Região Metropolitana do TRT-PR já passaram por treinamentos práticos envolvendo prevenção e combate a incêndio, abandono de área e primeiros socorros. As três novas turmas do mês de julho vão acrescentar 150 servidores ao quadro de voluntários capacitados. Mais adiante, o curso chegará às unidades do interior. Veja o que alguns brigadistas recém-formados dizem sobre a experiência.

"Quando soube da novidade, não hesitei um minuto sequer para participar do treinamento. Por trabalhar na área da saúde, sempre tive interesse em ajudar as pessoas. Ser voluntária para me tornar brigadista do TRT-PR acabou sendo uma decisão acertada, que me fez crescer pessoal e profissionalmente".



Vera Lúcia Fuganti - Seção Médico-Odontológica



Marcos Zaniol - Divisão de Cerimonial da Presidência

"O escotismo dos tempos da juventude aguçou minha curiosidade sobre temas como primeiros socorros e atendimento a pessoas acidentadas, coisas que podíamos levar para a vida toda. Como brigadista, aprendi que ter calma e agir com conhecimento de causa pode ser determinante para salvar alguém. Além disso, motivado por este treinamento busquei também o relacionado ao uso do desfibrilador, ampliando ainda mais meu conhecimento".



Carlos Henrique Siwek - Engenharia (Fiscalização de Obras)



Joaquina Aparecida de Meira - Serviço de Material e Patrimônio

"Com o treinamento, nos habituamos a controlar o pânico e perceber irregularidades das quais não nos dávamos conta em ambientes dos mais diversos, a exemplo da falta de equipamentos de emergência, manutenção inadequada de sistemas e tantas outras. Posso dizer que me sinto mais segura depois desse curso, e apta a ajudar outras pessoas na eventualidade da ocorrência de qualquer sinistro".

"A função de cerimonialista passa, não raras vezes, pela organização de ações e eventos que reúnem grupos numerosos. Assim, é essencial dominar técnicas de minimização de riscos para tomar as decisões corretas e garantir segurança a todos os que trabalham no Tribunal ou àqueles que passam eventualmente por qualquer uma de nossas instalações".

Proteção qualificada à vida e ao patrimônio



Alexandre Gonçalves

Treinamento envolveu estudo de legislação relativa ao porte de arma e aulas práticas de tiro

Um grupo de 40 agentes de segurança judiciária concluiu em julho um curso voltado ao aperfeiçoamento das medidas de proteção da vida e do patrimônio público nos espaços da Justiça do Trabalho.

O treinamento ocorreu no Clube de Tiro SK e os instrutores foram agentes do próprio Tribunal, formados pelo Centro de Treinamento Tático (CTT-CBC), em São Paulo.

Além de estudar as normas de segurança no uso de armas de fogo e a legislação relativa ao porte de arma, os agentes tiveram aulas práticas sobre técnicas de tiro. Doze profissionais compõem o Grupo de Operações Táticas (GOT), uma unidade do Tribunal especializada para atuar em ocorrências mais complexas, com capacitação específica para proteção de autoridades, com-

bate em ambientes confinados, abordagem de pessoas suspeitas e direção operacional.

Outros treinamentos recentes no setor de segurança do TRT-PR envolveram técnicas de imobilizações táticas, utilização do bastão retrátil, uso do spray de contenção e aplicação seletiva da força - tudo com equipamentos de proteção e contenção adquiridos nos últimos meses pela Administração.

As medidas estão em linha com determinações constantes nas Resoluções 104 e 176 do Conselho Nacional de Justiça e Resolução Conjunta CNJ/CNMP 04/2014. A estruturação foi proposta conjunta do Serviço de Segurança Institucional e da Comissão de Segurança Permanente, presidida pelo desembargador Célio Horst Waldraff.



Alexandre Gonçalves

Agentes Gabriel Bohrer de Abreu (1º plano) e Augusto Cubas da Silva (diretor do Serviço de Segurança e Transporte)



Alexandre Gonçalves

Tribunal mantém um grupo especializado para agir em situações extremas de ameaça à segurança

Setoriais: ajuste fino e integração

O II Encontro das Divisões Setoriais de Curitiba e Interior do TRT-PR foi um momento especial para fortalecer o trabalho em equipe entre colegas que atuam a centenas de quilômetros de distância uns dos outros, na área de apoio administrativo e operacional. Participaram servidores da Secretaria Administrativa das Setoriais de Cascavel, Londrina, Maringá e Curitiba, dos Serviços de Segurança e Transporte, Gestão de Terceiros, Material e Patrimônio e Serviços Gerais.

"Somos como peças de uma engrenagem que só funciona se todas as partes andarem juntas, e este encontro é para integração desta grande equipe", afirmou a diretora da Secretaria Administrativa (SA), Cleuci

Biembenguti da Silva, ao abrir os trabalhos no auditório do Fórum de Curitiba.

Durante o encontro foram apresentadas algumas das principais ações das unidades da Secretaria Administrativa no biênio 2014/2015, como a valorização salarial dos empregados terceirizados, após um estudo do Serviço de Gestão de Terceiros demonstrar índices inadequados de rotatividade. Outra ação destacada pela SA foi o projeto de conscientização e uso econômico dos materiais. O Serviço de Segurança e Transporte ressaltou a proposta do regulamento do sistema de controle de acesso de pessoas e objetos nas dependências do Tribunal.



Alexandre Gonçalves

Da esquerda: Ana Paula Firmino, Ivani Ueda, Amir Martins, Gisele Pundek e Joaquina Aparecida de Meira



Alexandre Gonçalves

Encontro ocorreu no auditório do Fórum de Curitiba

Votação define a bandeira do TRT-PR



Em um processo de votação direta, magistrados e servidores da 9ª Região escolheram a bandeira oficial do Tribunal do Trabalho do Paraná.

Durante um mês, os votantes puderam escolher entre doze modelos. Desde o início, duas bandeiras ganharam a preferência do público interno.

A diferença da vencedora para a 2ª colocada foi de apenas 19 votos (325 a 306). Inicialmente, serão confeccionadas unidades da bandeira escolhida para hasteamento na fachada do prédio-sede do Tribunal, no Gabinete da Presidência e nos plenários. No total, 1129 magistrados e servidores participaram da votação, cujo resultado foi homologado em sessão do Tribunal Pleno (RA 017/2015).